

MULHERES BOLIVIANAS EM SÃO PAULO: NOTAS SOBRE MIGRAÇÃO, FILHOS E VIOLÊNCIA¹

Maíra Costa Etzel

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem como objetivo apresentar elementos sobre a experiência de bolivianas que trabalham nas oficinas de costura de São Paulo. Em vez de focar a análise nas condições de trabalho presentes na base da cadeia têxtil, optamos pelo recorte de aspectos menos visíveis que permeiam a vida das mulheres imigrantes.

Poderia ser formado por brasileiras, paraguaias, peruanas ou haitianas o grupo social de mulheres a ser estudado, mas fizemos opção pelas bolivianas. Por serem imigrantes, estão invariavelmente mais suscetíveis aos abusos do sistema e das pessoas do que as trabalhadoras nascidas no Brasil e, entre as imigrantes que vivem em São Paulo e que se ocupam do ofício da costura, a população boliviana é quantitativamente mais relevante.

Para a realização da pesquisa, Quilla foi nossa mediadora do campo. Boliviana militante na defesa dos direitos dos imigrantes em São Paulo, mora há seis anos na cidade, faz Doutorado em Psicologia e, para se manter, trabalha como babá. Através dela conhecemos Carmen e Luz. Não obstante a singularidade de cada uma, as narrativas dessas duas imigrantes revelam caminhos similares. A

¹ Este artigo é fruto da dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) intitulada *Trabalhadoras em movimento: bolivianas nas oficinas de costura em São Paulo*, defendida no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

fim de colocá-las no centro da análise, utilizamos a técnica da história de vida, que, de acordo com a socióloga Maria Isaura de Queiroz, possibilita a pesquisadores o alcance da coletividade em que seu informante está inserido, sem considerá-lo como indivíduo isolado (1988, p. 24).

O artigo está dividido em duas seções. A primeira trata de aspectos vividos por Carmen e Luz ainda na Bolívia, e as motivações que as levaram a migrar. A segunda parte traz elementos da rotina delas no Brasil, tais como a inserção nas oficinas de costura, a presença dos filhos e a discriminação. Tanto na Bolívia quanto no Brasil, ressaltamos a questão da violência de gênero.

Ao longo do texto, optamos pela reprodução das falas tal como foram registradas nos momentos de conversa, com uma mistura de português com espanhol, como um meio de aproximar os leitores das narradoras-entrevistadas.

LOCAL DE ORIGEM E MIGRAÇÃO

A Bolívia está dividida em nove departamentos e possui 10.027.254 habitantes (INE, 2012), distribuídos em duas grandes regiões: o Altiplano – com maioria de descendentes indígenas –, que abriga Potosí, La Paz, Oruro, Chuquisaca e Cochabamba;² e a Media Luna, que compreende a planície oriental, onde se encontram as reservas de gás e petróleo e onde ficam os departamentos de Pando, Beni, Santa Cruz; e o departamento de Tarija, que faz parte da região subandina. Entre as duas grandes regiões, há uma polarização ideológica responsável por separar e reforçar a identidade dos habitantes provenientes das terras altas, com tradição comunitária, conhecidos informalmente como *kollas*, em relação àqueles provindos das terras planas, os *cambas*, tidos como progressistas e pró-globalização (ZUCCO JR., 2008). De acordo com o sociólogo Bruno Miranda, tais denominações carregam um tom pejorativo quando usadas por um dos lados para se referir ao outro (2016, p. 153). As crises sociais e políticas estimularam a saída dos bolivianos para os territórios vizinhos, fazendo da Bolívia um país de emigrantes. Apesar da melhora recente nos indicadores macroeconômicos e sociais, as migrações ainda fazem parte das estratégias individuais e familiares dessa população. Carmen e Luz são provenientes da região andina, de áreas rurais do departamento de La Paz. As duas migraram sozinhas, por sua conta e risco, contrariando a antiga perspectiva migratória da mulher dependente.

2 Geograficamente, Cochabamba está entre o oriente e o ocidente do país.

De acordo com a socióloga Ana Inés Barral, no estudo das migrações internacionais as mulheres dificilmente eram reportadas como “verdadeiras imigrantes”, uma vez que ao “ser migrante” sempre foi vinculada a ideia de vontade e de inserção no mundo produtivo, características historicamente retiradas das mulheres (2011, p. 756). A explicação para a mobilidade da mulher esteve relacionada à reunificação familiar e restrita à esfera privada, ao passo que o homem era visto como aquele que migra com o objetivo de trabalhar. A elas, caberia o papel de “família do imigrante”, esposa, mãe e responsável pela “manutenção das práticas culturais do país de origem dentro do espaço doméstico, por meio do uso da língua nativa, da culinária, do uso das vestimentas” (PIZARRO, 2003, apud ALMEIDA, 2014, p. 125).

A incorporação e o amadurecimento do gênero nas análises migratórias ocorreram de forma gradual a partir dos anos 1970. Inicialmente, essa migração foi pensada enquanto uma estratégia individual, momento das pesquisas apelidado de “*add and stir*”, em que a variável “mulher” foi inserida sem considerar suas particularidades em relação ao homem. As demógrafas Roberta Peres e Rosana Baeninger pontuaram que, apesar de ter sido um passo importante para quebrar a invisibilidade das mulheres nos estudos migratórios, não se questionavam “os modelos utilizados para explicar por que as pessoas migravam, para onde foram, como se integravam à sociedade receptora” (2009, p. 40).

Finalmente, ao longo dos anos 1990, para além do enfoque no comportamento das mulheres, os estudos passaram a pensar o gênero enquanto um elemento constitutivo da migração, focando não apenas na mulher, mas na experiência das pessoas enquanto seres portadores de gênero, levando em conta a maneira pela qual as relações sociais de sexo permeiam as práticas, identidades e instituições relacionadas ao fenômeno migratório (NAWYN, 2010, p. 750). Dessa forma, a dimensão de gênero passou a constituir um “conjunto de relações sociais que organizam os padrões migratórios” (HONGAGNEU-SOTELO, 1994, apud MAGLIANO, 2008, p. 9, tradução nossa). A adoção dessa perspectiva trouxe novas questões de pesquisa no que tange às motivações, ao planejamento migratório, à condição de saída, ao traslado, à inserção laboral, entre outros.

Tanto Carmen quanto Luz migraram para a Argentina – onde aprenderam a costurar – antes de chegar ao Brasil. Esse trajeto se encaixa no padrão migratório das recentes migrações bolivianas aos países do Cone Sul da América Latina. De acordo com os sociólogos Cibele Rizek, Isabel Georges e Carlos Freire da Silva, a mobilidade tem início ainda na Bolívia, da área rural para a urbana, e, posteriormente, vai em direção às metrópoles e grandes centros urbanos, como Buenos Aires e São Paulo (RIZEK et al., 2010, p. 114). Quando comparada em

relação ao Brasil, a migração dos bolivianos para a Argentina é mais antiga. Naquele país, os autores observaram a existência de uma dimensão organizativa e de uma presença maior nos espaços públicos. Além disso, além da costura, há mais possibilidades de inserção no mercado de trabalho, como no trabalho doméstico, na produção de hortifrutigranjeiros e na construção civil (2010, p. 124).

Luz nasceu em Caranavi, *pueblo*³ rural situado a 150 km ao nordeste da cidade de La Paz. Segundo ela, fez de tudo para finalizar seus estudos. Com 9 anos de idade, já cuidava de uma idosa. Foi morar na casa de uma “vovó”, com a condição de frequentar a escola. Contudo, o combinado não foi cumprido. Tornou-se a empregada doméstica da família da “vovó” e ficou dois anos sem estudar e sem ver sua própria família. Passado esse período, foi garçõnete e trabalhou em lojas de sapato. Aos 14, como ajudante de cozinheira, trabalhava de “*lunes a lunes*”⁴ sem descanso. Dormia na cozinha com um colchão improvisado em cima de caixas de cerveja. “*Talvez por eso que sin trabajo no consigo ficar bem. Siempre he trabajado. Cuando estoy sin trabalho fico incomoda.*”⁵ Em um curto período, o marido, a sogra e a mãe morreram. “*Después ya no quis ficar allá, tinha que sair, porque no tinha más ali a nadie.*”⁶

Luz decidiu ir para La Paz. Nessa cidade, depois de um ano como garçõnete, chegou à conclusão de que sua jornada prejudicava seus dois filhos, de 2 e 4 anos. Ela entrava às 6 horas no serviço e saía às 17 horas, enquanto eles passavam o dia todo trancados no quarto. Além disso, não sobrava nenhum dinheiro no fim do mês. Decidiu partir novamente. “*Me voy a ir de aqui. Sin conocer me he ido a Argentina, me agarré a mis hijos y me he ido.*”⁷ Nas palavras de Luz, foi puro desespero, ela não pensava em ir para o exterior. “*Sentí raiva porque meus filhos estava haciendo sofrer, yo me voy.*”⁸

Ainda na Bolívia, ela foi atrás de alguém para levá-la à Argentina. Conheceu um dono de oficina que prometeu pagar sua passagem e de seus filhos e empregá-la. “*Bonito me han hablado.*”⁹ Mesmo sem saber costurar, receberia salário, casa e comida e, inicialmente, ficaria na função de cozinheira e de ajudante de

3 Povoado (Trad. nossa. A partir daqui, todas as notas com tradução são de nossa autoria).

4 Segunda a segunda.

5 Talvez por isso é que sem trabalho não consigo ficar bem. Sempre trabalhei. Quando estou sem trabalho, fico incomodada.

6 Depois já não quis ficar lá. Tinha que sair, porque não tinha mais ninguém ali.

7 Vou-me embora daqui. Sem conhecer, fui à Argentina, peguei meus filhos e fui.

8 Senti raiva, porque estava fazendo meus filhos sofrerem. Eu vou.

9 Me falaram bonito.

costura. Ao chegar lá, não foi como esperava. Passou seis meses sem receber salário, e o patrão a fazia trabalhar até de madrugada. Depois de um ano, conheceu bolivianos que indicaram outras formas de ganhar dinheiro, prestando serviço como garçom em festas, matrimônios e batizados. Só dessa forma juntou recursos para retornar à Bolívia, onde recebeu uma proposta de emprego do seu primo para trabalhar na oficina dele no Brasil. Mais uma vez, a promessa era a de ganhar um salário maior.

Carmen nasceu em Santiago de Huata, área rural próxima da cidade de Copacabana. Contou que sempre gostou de estudar, mas sua mãe a incentivava a se ocupar das tarefas domésticas. Com seus irmãos, o tratamento foi bem diferente, nunca lhes foi negada a possibilidade de frequentar a escola. Ela tampouco queria ser como sua irmã, que, aos 17 anos, já estava casada. Como afirmou Pierre Bourdieu (2002), meninos e meninas são colocados em oposição através de formas de socialização – realizadas por meio de instituições como família, escola, Estado e igreja – que moldam predisposições, interesses e aptidões diferenciadas. Trata-se de um constante processo de naturalização dos papéis sociais.

Cansada das desavenças com sua mãe e movida pelo desejo de terminar seus estudos, foi viver com sua tia em Santa Cruz de la Sierra – cidade mais populosa do país, de maioria descendente de espanhóis e mestiços. Viu-se obrigada a comer terra durante o trajeto, porque sua mãe se recusara a dar chuño¹⁰ para ela levar na viagem. Em Santa Cruz, trabalhava pela manhã, limpando casas até o meio-dia. Às 13 horas, entrava na escola. Depois de um ano, sua tia expulsou-a da casa, deixando sua mala e seus materiais escolares do lado de fora. Nesse dia, chorou e, sem possibilidades de ganhar dinheiro em seu país, decidiu migrar.

Por que me he salido... He pensado que en Argentina ganavan bien, porque llegavan de allá y se compravan casa. Voy a trabajar un año y me voy a comprar una casa. No importa donde sea, pero me voy a comprar. Pero hasta hoy no... (...) Por eso también he venido, me dijeran: 'en Brasil vas estar mejor'.¹¹ (Carmen, entrevista realizada em 12/02/2017)

10 Tipo de batata desidratada consumida pelos povos aymara e quéchua. É conhecida como uma batata milenar consumida pelas comunidades indígenas dos Andes cuja origem remonta à Era Pré-Colombiana.

11 Por que saí... Pensei que na Argentina ganhavam bem, porque chegavam de lá e compravam casa. Vou trabalhar um ano e vou comprar uma casa. Não importa onde seja, mas vou comprar. Mas, até agora não... Por isso também vim, me disseram: 'no Brasil vai estar melhor'.

Ela chegou a Buenos Aires com a promessa de ganhar cem dólares por mês, para trabalhar com um boliviano em uma barraca de frutas. Depois de ser humilhada pelo seu patrão, decidiu sair. Foi trabalhar em oficinas de costura, conheceu seu marido, também boliviano, e teve o primeiro filho. Depois de quatro anos “sem juntar capital forte para comprar um imóvel”, decidiram migrar para o Brasil. Além da expectativa de ganhar mais dinheiro, havia outra motivação:

*Mis hermanos también ha comenzado a rechazar mi hijo diciendo que era mudo, zonzos, todo eso. (...) Yo me vine por mi voluntad, ya no quería que rechazaran a mi hijo en Argentina. Y en Bolivia también, le he llevado y él no hablaba, todos decían que yo tenía un hijo zonzos. Yo me sentía mal, quiero irme lejos de aquí.*¹² (Carmen, entrevista realizada em 29/06/2017).

Outro aspecto recorrente nas narrativas de Carmen e Luz é a violência de gênero. Ainda crianças, elas viram suas mães e tias apanharem de “punho fechado” de alguma figura masculina, seja de pais, padrastos ou tios. De acordo com a pesquisadora Suely Souza de Almeida, esse tipo de violência é fruto da assimetria de poder, que “só se sustenta em um quadro de desigualdades de gênero” (2007, p. 27), ou seja, em um contexto de concepções hegemônicas de masculinidades e feminilidades, de naturalização das hierarquias, de acessos desiguais a fontes de poder, à escolarização, ao mercado de trabalho, entre outros.

Após alguns encontros com Luz, ela contou uma série de histórias de traição e violência envolvendo parentes próximos em Caranavi.

*Cuando eu dormia eles brigavam, minha mãe e meu padrasto (...). Ele golpeaba e ela ficava quietinha; a veces, cuando estaba bêbado, peor, todavía” (...). Una vez, tenía 13 años... Meu padrasto em cima dela, batendo, eu não sabia o que fazer. Minha mãe já não resistia, a cada golpe que le daba, sangre salía. No sé si de la boca o de la nariz. Iba a matar (...) Agarré seu pescoço. Ele me empurrou e eu bati na mesa y rebento para mí, tengo esa marca [mostrando a cicatriz].*¹³ (Luz, entrevista realizada em 12/02/2017)

12 Meus irmãos também começaram a rechazar meu filho, dizendo que era mudo, sonso, tudo isso. (...) Eu vim por minha vontade, já não queria que rechçassem meu filho na Argentina. E na Bolívia também, o levei e ele não falava, todos diziam que eu tinha um filho sonso. Eu me sentia mal, queria ir longe daqui.

13 Quando eu dormia, eles brigavam, minha mãe e meu padrasto. Ele batia nela e ela ficava quietinha; às vezes, quando estava bêbado, pior ainda (...). Uma vez, tinha 13 anos... Meu padrasto em cima dela, batendo, eu não sabia o que fazer. Minha mãe já não resistia, a cada soco que lhe dava, sangue saía. Não sei se da boca ou do nariz. Ia matá-la... Agarrei seu pescoço. Ele me empurrou e eu bati na mesa, me arrebetou, tenho essa marca.

Nesse episódio, Luz explicou que sua mãe não quis se separar porque temia ser alvo de críticas. “Ficou calada por medo que *llegue* mais problema.”¹⁴ “*Pueblo pequeno, infierno grande (...). No quiero que mismo ambiente mis filhos crezcan, por eso prefiero ir longe*”,¹⁵ afirmou ela. A migração aparece aí como uma possibilidade de ampliação das oportunidades de trabalho e sustento da família, mas também como alternativa para escapar de conflitos familiares.

Ao questionarmos Quilla, nossa mediadora do campo, acerca de sua percepção sobre a violência de gênero, a boliviana de Cochabamba afirmou que em seu país:

Casais saem das festas bêbados e já começam a brigar nas ruas e ninguém faz nada e muitas vezes as crianças presenciam essa conduta dos pais se batendo na rua (...). A sociedade culpabiliza as mulheres quando elas deixam o marido ou denunciam, porque aí as crianças ficam sem o pai, né? Dizem: ‘você poderia ter aguentado, agora seus filhos vão ficar sem seu pai’, isso principalmente vem da família do homem, a sogra, cunhada... Quando elas assumem alguma atitude para romper o silêncio. (Entrevista realizada em 05/09/2017)

Nesse sentido, continuou Quilla, “agora as ONGs trabalham com isso lá, levando as leis que existem para proteger, incentivando as mulheres a falar”. Além disso, a boliviana afirmou que “alguns homens que querem participar das tarefas domésticas e do cuidado com a casa, às vezes, eles também sofrem preconceito. São chamados de ‘mandarinas’, ‘pocholos’, algumas denominações com as quais são apelidados os homens que se prestam a fazer serviços domésticos”.

Os dados estatísticos corroboram os depoimentos das narradoras entrevistadas. Apesar da aprovação da Lei Integral para Garantir às Mulheres uma Vida Livre de Violência (Lei nº 348/2013) – que envolve diversos aspectos de prevenção, proteção e sanção de qualquer forma de violência contra as mulheres: seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou econômica –, ao considerar todos os tipos de violência contra a mulher, de cada dez bolivianas, sete são violentadas (VARA-HORNA, 2015). De acordo com informações publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE, 2017), 44,4% das mulheres casadas viveram situações de violência com seus cônjuges nos últimos 12 meses. Essa situação é ainda mais grave na área rural e o departamento com índice

14 Ficou calada por medo que chegue mais problema.

15 Povoado pequeno, inferno grande. (...) não quero que meus filhos cresçam no mesmo ambiente, por isso prefiro ir longe.

de violência mais alto, com 66%, é La Paz, local de saída das duas narradoras entrevistadas.

Desse modo, a migração consiste também em uma possibilidade de rompimento com ordenamentos tradicionais, uma maneira de construção de autonomia e de possibilidade de reconfiguração das estruturas familiares. Mas, conforme veremos adiante, a violência de gênero se faz presente também no país de destino.

VIDA E TRABALHO NO BRASIL

Carmen e Luz pertencem ao segundo fluxo migratório de bolivianos em São Paulo. Segundo o sociólogo Carlos Freira da Silva (2008), o primeiro fluxo boliviano data dos anos 1950, quando o perfil da imigração era de estudantes de classe média, incentivados pelo estabelecimento de um convênio cultural entre Brasil e o governo boliviano. Já o segundo fluxo migratório, mais expressivo em termos quantitativos, começou nos anos 1990 e ainda persiste. A maioria desses imigrantes é proveniente da parte ocidental do país, dos departamentos de La Paz e Cochabamba. Com poucos recursos financeiros e qualificação profissional, eles se inserem na costura, independentemente de experiência prévia no ofício.

É importante frisar que a nacionalidade não é um elemento explicativo dos fluxos migratórios para as oficinas de costura. A presença de imigrantes que trabalham com costura na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) não é um fenômeno atual. Libaneses, sírios, judeus e coreanos antecederam os bolivianos no ramo têxtil. Ou seja, não há uma “aptidão natural” dos bolivianos com a costura.

De acordo com o geógrafo Sylvain Souchaud, o aumento e a consolidação dos imigrantes internacionais na confecção são consequências de dois fatores macroestruturais: a chamada de mão de obra, já que as brasileiras passaram a procurar melhores salários no setor de serviços, e a reestruturação produtiva (2012, p. 82). Segundo o sociólogo Bruno Miranda, a reorganização do setor respondeu a três necessidades de acumulação do capital: sobreviver ao fim do processo de substituição das importações, adequar-se à sazonalidade da moda, e competir com a importação de roupas da China (2016, p. 157).

Nesse sentido, para as empresas manterem suas taxas de lucro e permanecerem no mercado, foi necessário que enxugassem as unidades produtivas (a chamada *lean production*) e se concentrassem na gestão da marca e na comercialização, externalizando, assim, grande parte da produção. Sem vínculo formal

com a empresa, os costureiros ficam mais vulneráveis aos abusos dos donos das oficinas, que, por sua vez, estão à mercê do prazo de entrega e do preço estabelecido indiretamente pelas tomadoras finais do serviço. E devem também arcar sozinhos com os custos trabalhistas, o que, na maioria das vezes, não ocorre. A procuradora do Trabalho Carolina Mercante resumiu os efeitos de tal processo: ocorreu a “pulverização da produção do ponto de vista espacial, mas não empresarial (...). A transferência que de fato ocorre é a da responsabilidade e dos riscos” (2015, p. 11).

É nesse contexto que as denúncias de trabalho análogo ao de escravo – conforme previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) – vinculadas ao setor têxtil passaram a tomar corpo. De acordo com o relatório produzido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo na Câmara Municipal de São Paulo, em 2004:

Diversos fatores podem caracterizar todo esse processo como trabalho análogo à escravidão. São eles: a forma como são recrutados na Bolívia, com falsas promessas de salário e bem-estar; confinamento para que paguem as dívidas com seu trabalho; impossibilidade de comunicação; retenção de documentos e de dinheiro; ameaças de denúncia ao poder público sobre sua situação de indocumentado; jornada de trabalho excessiva; alta rotatividade do local de instalação das oficinas de costura; condições totalmente insalubres de trabalho, sendo que o local de trabalho é também o de moradia. (SÃO PAULO, 2006, p. 28)

Além disso, o conjunto de fatores que caracterizam as condições degradantes de trabalho nas oficinas envolve: habitação multifamiliar; alojamentos precários, sem cama, com colchões improvisados, mofados, com cortinas para a divisão dos cômodos; armazenamento de alimentos em locais impróprios e sem refrigeração; chuveiros elétricos desligados; instalação sanitária precária e insuficiente para a quantidade de trabalhadores; cadeiras improvisadas; máquinas de costura sem aterramento elétrico; ausência de extintor de incêndio; espaços mal iluminados e pouco ventilados; ausência de refeitório, entre outros.

Importa notar que as narradoras entrevistadas não foram flagradas na condição de trabalho análogo ao de escravo, mas, de acordo com seus relatos, em determinados momentos de suas experiências em São Paulo, elas passaram por situações em que suas atividades poderiam ter sido enquadradas no artigo 149 do CPB.

No que se refere às relações estabelecidas no Brasil, Luz afirmou que as bolivianas ficam mais fechadas no Brasil do que na Bolívia: “Não falam com ninguém, nem cumprimentam”. Carmen acredita que a introspecção, principal-

mente no ambiente de trabalho, ocorre para evitar desavenças com os maridos, “*las mujeres se calan por miedo*”. Ela se tornou uma espécie de referência para as outras mulheres em seu bairro, rompendo com a desconfiança delas. “*Yo digo a ellas: ‘no tengan miedo’. Yo antes con miedo tanto que me he encerrado (...). Con miedo estaba cerrada, no sabía ni hablar, ni entender lo que decían. Cuando he comenzado a salir, ya he tenido amigas, me he sentido acompañada.*”¹⁶ Segundo Carmen, “*cuando una mujer pasa por problemas, necesita de muchas personas que te abracen, escuchen, que te hablen. Pero hay pocas, no sabes con quien contar*”.¹⁷

Histórias de maridos que chegam bêbados e batem em suas esposas, outras que são proibidas de sair de casa sob a argumentação de que precisam trabalhar e cozinhar, além de estupro e abuso sexual dentro das oficinas foram alguns dos exemplos que escutamos durante a pesquisa de campo:

*En esta oficina me fue mal. Ahí me abusaran sexualmente. Pasado eso me fui al alcohol, a las bebidas. Salí decepcionada de mi vida. Ese día se ha acabado todo para mí. Yo dije: ‘no, yo no sirvo para nada’. ¿Qué va decir mi mamá? Siempre ella me orientaba: ‘nunca aceptes de un hombre un copo de agua, lo que sea’. Pero yo he aceptado ese día. No quise volver a Bolivia. Sé que mi mamá va decir: ‘tú no vales la pena’.*¹⁸ (Carmen, entrevista realizada em 29/06/2017)

*Y sus tías [de seu marido] también decían: ‘y con esta mujer fea está, que es baja, debía buscar una de estatura bonita, alta, flaca...’. Yo estaba embarazada, talvez por eso mi hijo ha nacido así, [com autismo] porque lloraba. Él me pegaba. Yo decía: ‘estoy embarazada, no puedes hacer eso’. ‘Qué me importa’, decía él. Cuanto que sufrí, talvez mi hijo ha nacido con algún trauma.*¹⁹ (Carmen, entrevista realizada em 29/06/2017)

16 Eu digo a elas: ‘não tenham medo’. Eu antes com tanto medo me fechei (...). Com medo estava fechada, não sabia nem falar, nem entender o que diziam. Quando comecei a sair, fiz amigas, me senti acompanhada.

17 ... quando uma mulher passa por problemas, necessita de muitas pessoas que te abracem, escutem, falem. Mas tem poucas pessoas, não sabe com quem contar.

18 Nesta oficina fui mal. Lá me abusaram sexualmente. Passado isso, me fui ao álcool, às bebidas. Saí decepcionada da minha vida. Esse dia tudo se acabou para mim. Eu disse: ‘eu não sirvo para nada’. O que minha mãe vai dizer de mim? Ela sempre me orientava: ‘nunca aceite de um homem um copo de água, ou o que seja’. Mas, nesse dia, eu aceitei. Não quis voltar à Bolívia, sei que minha mãe vai dizer: ‘você não vale a pena’..

19 E suas tias [de seu marido] também diziam: ‘está com esta mulher feia, que é baixa. Devia procurar uma de estatura boa, alta, magra’. Eu estava grávida, talvez por isso meu filho tenha nascido assim, porque chorava. Ele me batia e eu dizia: ‘estou grávida, não pode fazer isso’. ‘Não me importa’, dizia ele. Quanto que sofri, talvez meu filho tenha nascido com algum trauma.

Luz nos contou que escutava sua conterrânea apanhar durante a noite: “a veces ella estaba verde, machucada, cobria con su cabelo para que a gente não perceba”.²⁰ Segundo as duas narradoras entrevistadas, em geral ninguém interfere nas situações de violência entre os casais dentro das oficinas, por considerá-las “assunto privado”.

De acordo com a filósofa Siobhán McGraph, as condições de moradia e trabalho existentes nas oficinas de costura não são a causa da violência, mas contribuem para o seu aumento. Uma vez que a violência sexual ocorre, na maioria das vezes, dentro de ambientes privados, o agressor é próximo à vítima (2010, p. 168). Outro agravante está no fato de as mulheres se responsabilizarem pelas tarefas domésticas, fazendo com que seus espaços de sociabilidade sejam reduzidos quando comparados aos dos homens bolivianos (VEIGA; GALHERA, 2016).

Os episódios de violência doméstica contra as imigrantes latino-americanas chamaram a atenção do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), que desenvolveu, em parceria com o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI), uma cartilha em espanhol intitulada *Mujer da vuelta la Página*²¹ para informar as migrantes a respeito das leis brasileiras, especialmente a Lei Maria da Penha. Se a denúncia no país de origem é complexa, os obstáculos para as imigrantes aumentam, visto que elas precisam lidar com um idioma distinto, o estranhamento de outra cultura e posturas discriminatórias por parte da sociedade de destino. Para a socióloga brasileira Heleith Saffioti:

As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos. (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995, apud SAFFIOTI, 2004, p. 84)

O marido de Carmen conversou conosco e justificou ter batido na esposa pelo estresse (causado pela impotência diante da situação em que se encontrava). Segundo ele, as contas do aluguel, água e luz estavam atrasadas, ele estava sob pressão da firma que encomendara serviço, o trabalho estava acumulado... Descontou em sua esposa. Vale notar que a violência física está sempre conjugada à violência psicológica, que consiste na sistemática desvalorização da mulher, através de humilhações, de agressões verbais e de chantagens emocionais. Era o que ocorria com Carmen, até ela decidir trocar os papéis com o marido:

20 ... às vezes estava verde, machucada, ela cobria com seu cabelo ...

21 *Mulher, vire a página.*

*Yo voy hacer lo que tú haces (...) y no hemos sacado [não tiraram dinheiro da costura]. Y ahí yo he me dado cuenta... Tantos gritos que hacía él. No podía, no tenía derecho. Para mí ha sido un desastre, tantas palabras feas que me ha dicho... Sola puedo vivir, ya no puedo soportar sus gritos, sus celos. Yo puedo sola, porque yo trabajo más que él. Y él ha comenzado a valorar, me deja salir...*²² (Carmen, entrevista realizada em 12/02/2017)

Trocar de papéis foi a forma encontrada por Carmen para se perceber autosuficiente no que se referia às tarefas laborais, o que lhe deu confiança para não aceitar mais as agressões do marido.

Segundo Saffioti, a violência de gênero não significa cumplicidade das mulheres com seus maridos. “Sendo detentoras de parcelas infinitamente menores de poder que os homens, as mulheres só podem ceder, não consentir” (MATHIEU, 1985, apud SAFFIOTI, 2004, p. 80). No ambiente privado, encontram formas de se vingar e revidar a agressão. Uma delas relatou estragar as roupas do marido antes de pendurá-las. Esgarçava as golas das camisetas e o elástico das cuecas. Miranda (2016) também observou momentos de ruptura e de resistência expressados pela esposa durante sua etnografia na oficina de um casal de bolivianos. Dentre as formas encontradas por ela para fugir da dominação de seu marido, estava a sua maior habilidade na costura. Quando precisava costurar algum detalhe nas peças que o marido não conseguia, era ele quem se encarregava de cozinhar. Outro momento de ruptura, citado pelo autor, ocorria quando o casal fazia a locução de um programa de rádio em que eles dialogavam entre si e com os ouvintes. Ali, havia uma espécie de permissão implícita para fazer piadas com o marido (2016, p. 98).

Além das opressões de gênero vivenciadas pelas mulheres, outras formas de violência são experimentadas pelos casais e pelos filhos de imigrantes. Ao mesmo tempo que observamos uma assimetria de poder entre homens e mulheres, no convívio com as bolivianas também foi possível observar alguns momentos de companheirismo e de ajuda mútua, seja na preocupação com os filhos ou no enfrentamento das “dificuldades rotineiras” marcadas pelo lugar social ocupado pelos imigrantes em São Paulo.

Famílias ou mulheres solteiras com filhos acabam expondo as crianças aos mesmos riscos em relação à saúde e segurança que os demais trabalhadores,

22 Eu vou fazer o que você faz (...). E não tiramos nada, aí me dei conta... Tantos gritos que ele dava, não podia, não tinha direito. Para mim foi um desastre, tantas palavras feias que ele me disse. Sozinha posso viver, já não posso suportar seus gritos, seus ciúmes. Sozinha eu posso, porque eu trabalho mais que ele. E ele começou a me valorizar, me deixa sair...

pois elas passam grande parte de seus dias fechadas nos quartos e dentro do mesmo ambiente insalubre que seus pais. Em casos extremos, foram encontradas crianças amarradas aos pés das máquinas de costuras (TELES, 2007, apud ILLES; TIMÓTEO; FIORUCCI, 2008).

De modo geral, os donos não querem crianças circulando e atrapalhando a produção. Segundo as narradoras entrevistadas, seus filhos não eram bem tratados nas oficinas. A água para banho e comida são reguladas, às vezes oferecem alimentação suficiente apenas para um filho. Os que têm mais filhos precisam dividir essa porção com os demais. E, como não recebem refeições aos domingos, aqueles com mais crianças têm mais gastos. Outra dificuldade relatada refere-se às brigas entre os filhos dos costureiros.

Apesar disso, todos os sacrifícios foram justificados pelos filhos: “já passei *muchas cosas*, mas penso: ‘*no tengo* que deprimir, porque quem vai sofrer vão ser meus filhos’”. Foi por eles que Luz decidiu aumentar a extensão de sua jornada de trabalho e alugar um quarto fora da oficina. Cansada de expor seus filhos, de 12 e 15 anos, às situações descritas acima, ela desistiu do chamado “sistema cama adentro”²³ e foi procurar um lugar para morar. Por sua vez, Carmen aprendeu português para conseguir levar seu filho ao médico. Teve que “se virar” pela cidade até descobrir que ele tinha autismo e para conseguir tratamento para ele. A apropriação de seus direitos, em termos de políticas públicas oferecidas em relação à saúde, educação, assistência social, transporte, se deu por causa dele.

Assim como foram uma das razões para a saída, os filhos são também uma das razões para a permanência no Brasil. As narradoras entrevistadas sabem que eles já se acostumaram com o novo país (alguns nasceram aqui) e não querem voltar. Elas nos relataram o estranhamento de seus filhos ao visitarem a Bolívia, principalmente entre as que são provenientes de áreas rurais do país. Luiz, filho de Carmen, teve nojo de pisar na terra. Ele não gostou da comida, “*eca, decía él*”²⁴ quando lhe deram *chuño*.

Outra dificuldade enfrentada pela população boliviana em São Paulo é a discriminação, compreendida aqui como um ato de violência. Esta ocorre nas ruas, no comércio, nas escolas, nas imobiliárias no momento de alugar um imóvel, entre outros locais, e não é apenas dos brasileiros. O preconceito existente em

23 O sistema de “cama adentro” (ou “cama *caliente*” como é conhecido na Argentina) consiste na fusão do local de moradia e de trabalho, sendo que o dono da oficina é o responsável pelo fornecimento de comida nos dias de trabalho.

24 Eca, dizia ele.

relação ao povo boliviano é reflexo também da representação construída em torno da própria Bolívia. Nesse sentido, é importante relembrarmos o episódio ocorrido em 2013, quando uma professora da Universidade de São Paulo, ao comentar um impasse diplomático entre Brasil e Bolívia no *Jornal da Cultura*, afirmou, em rede nacional, que a Bolívia “era insignificante em todas as perspectivas para o Brasil (...) os imigrantes bolivianos em São Paulo não contribuem para o desenvolvimento tecnológico, cultural e social do país”.²⁵ Episódios de discriminação no que se refere ao acesso aos serviços de saúde apareceram na fala das duas narradoras entrevistadas. Carmen nos contou que:

La ginecóloga no quiere atender a las mujeres bolivianas. En el hospital [Hospital Municipal da região], cuando he tenido mi hija, no me daban comida, morria de hambre. Decían: ‘levantate y va a bañar a tu hija’, pero me dolía. (...) y cuando necesitamos hacer exames, llegamos temprano en el hospital y las brasileiras dicen: ‘boliviano no tiene derecho. Ellos son extranjeros. Pueden ser atendidos atrás, no adelante de nosotras.’²⁶

Ao perguntarmos se Luz já convivera com pessoas de outras nacionalidades, ela contou sua experiência com peruanos e paraguaios. Quando morou com peruanos, disse que eles reclamavam da comida boliviana e muitas vezes não comiam. Além disso, afirmou que, de modo geral, “boliviano é mais pequeno, é sempre mais quietinho, sempre temem... Paraguai é mais parecido com brasileiro e peruano é mais aberto na forma de falar, fala mais”. Por esse motivo, ela acha que querem “estar por cima (...)”. Por exemplo, agora estou trabalhando com um paraguaio. Ele falou mal de boliviano, falou: ‘índio, es día de vocês hoy...’. Eu fiquei brava”.²⁷

Por fim, é importante reconhecer que, apesar das situações acima relatadas e de estarem em posições desprivilegiadas na organização social, as imigrantes aprendem – a partir da própria experiência – a se posicionar, para garantir seus direitos na cidade. A fala de Carmen é ilustrativa:

25 O telejornal da TV Cultura foi ao ar no dia 29/08/2013 e pode ser visto através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=QvUjZGumKd8>.

26 A ginecologista não quer atender as mulheres bolivianas. No hospital [Hospital Municipal da região], quando tive minha filha, não me davam comida, morria de fome. Diziam: ‘levanta, vai dar banho na sua filha’, mas me doía (...) e quando precisamos fazer exame, chegamos cedo ao hospital e as brasileiras dizem: ‘boliviano não tem direito. Eles são estrangeiros. Podem ser atendidos depois, não primeiro que nós.

27 índio, é dia de vocês hoje.

“No CRAS [Centro de Referência de Assistência Social], as brasileiras gritam, elas dizem: ‘tenho direito, tenho duas bocas para alimentar’. Nós, bolivianos, não gritamos, dizemos ‘por favor’... Dá medo, como somos imigrantes..., mas um dia, comecei a gritar, igual às brasileiras”. (Grifo nosso)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo optamos por trazer elementos do universo das oficinas de costura que nem sempre viram notícia. A utilização da técnica da história de vida foi uma forma encontrada para escutar duas mulheres bolivianas e apresentar questões que permeiam o dia a dia das imigrantes.

As questões apresentadas são complexas. Em relação à desigualdade de gênero, o processo migratório tem o potencial de alterar o modo como a mulher se coloca frente ao sexo oposto e à sociedade. Contudo, como pudemos observar, as mudanças experimentadas pelas mulheres e a possibilidade de redefinição das normas de gênero não são lineares. No Brasil, as trabalhadoras bolivianas ganham mais do que se estivessem em seu país, mas não desejam o mesmo trabalho a seus filhos; o casal de costureiros depende um do outro na produção, ao mesmo tempo que o homem exerce sua dominação masculina; têm acesso à saúde, mas são discriminadas; vieram por um período provisório, mas permanecem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal-dita. In: _____ (org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 23-41.

ALMEIDA, Táli Pires. Migração internacional de mulheres: uma agenda para o feminismo. In: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014, p. 123-143.

BARRAL, Ana Inés Mallimaci. Migraciones y géneros. Formas de narrar los movimientos por parte de migrantes bolivianos/as en Argentina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 751-776, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000300006/21346>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

FREIRE DA SILVA, Carlos. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo*. 147 f. Dissertação (Mestrado em

- Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ILLES, Paulo; TIMOTEO, Gabrielle Louise Soares; FIORUCCI, Elaine da Silva. Tráfico de Pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 31, p. 199-217, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a10.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- INE - Instituto Nacional de Estatística de Bolívia. *Censo Nacional de Población y Vivienda 2012*. Disponível em: <<https://www.ine.gob.bo/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- MAGLIANO, María José. *El rol de la mujer boliviana en el proceso migratório hacia Córdoba, 1947-2001*. 423 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 2008.
- MCGRATH, Siobhán. *The Political Economy of Forced Labour in Brazil: Examining labour dynamics of production networks in two cases of 'slave labour'*. 294 f. Tese (Doutorado em Filosofia), Faculdade de Humanidades, University of Manchester, 2010.
- MERCANTE, Carolina Vieira. A terceirização na indústria de confecções e a reincidência do trabalho análogo à de escravo. In: *Encontro Nacional da ABET, 16. Anais Grupo de Trabalho: Formas de trabalho degradante*. Campinas: ABET, 2015.
- MIRANDA, Bruno. *Entre coerción y consentimiento: la circulación de trabajo no-libre boliviano visto desde un taller de costura de Bom Retiro, São Paulo*. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Sociais), Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, México D.F., 2016.
- NAWYN, Stephanie. Gender and Migration: Integrating Feminist Theory into Migration Studies. *Sociology Compass*, [s.l.], v. 4, p. 749-765, 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1751-9020.2010.00318.x/abstract>> Acesso em: 3 ago. 2016.
- PERES, Roberta; BAENINGER, Rosana. Mulheres migrantes na fronteira Brasil-Bolívia. *Travessia*, São Paulo, v. 63, p. 39-45, 2009.
- RIZEK, Cibele; GEORGES, Isabel; FREIRE DA SILVA, Carlos. Trabalho e imigração: uma comparação Brasil-Argentina. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 111-142, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SÃO PAULO (Cidade). Câmara Municipal de São Paulo. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a exploração de trabalho análogo ao de escravo. 2006. Disponível em: <http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/CPI-TrabalhoEscravo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SOUCHAUD, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, Rosana (org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/UNICAMP; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012, p.75-92.

QUEIROZ, Maria Isaura de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: VON SIMSON, Olga (org.). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália- Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.

VARA-HORNA, Arítdes. *Los costos empresariales de la violencia contra las mujeres en Bolivia: una estimación del impacto invisible para la productividad de la violencia contra las mujeres en relaciones de pareja*. La Paz: GIZ, 2015. Disponível em: <http://info.comvomujer.org.pe/catalogocomvo/productoscatalogos_3_2015/ComVoMujer_Estudiodecostos_completo_BO_2015.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2017.

VEIGA, João; GALHERA, Katiúscia. Entre o lar e a 'fábrica' – trabalhadoras bolivianas da costura na cidade de São Paulo. In: FIGUERIA, Ricardo; PRADO, Adonia; GALVÃO, Edna (orgs.). *Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 119-145.

ZUCCO JR., Cesar. Bolívia: política doméstica e inserção regional. *Estudos e Cenários*, Rio de Janeiro, ago. 2008. Disponível em: < http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/estudos/5_estudosecenarios_Estudos_e_Cenarios_Zucco.pdf >. Acesso em: 20 abr. 2017.